

(Rel)ações raciais e pesquisa-intervenção: um percurso de formação continuada

Racial rel(actions) and research-intervention: a path of continuing education

Maria Gabriela Neves¹

Orlando Afonso Camutue Gunlanda²

Allan Henrique Gomes³

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção com trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de uma cidade no sul do Brasil que teve o objetivo de investigar suas perspectivas acerca das relações étnico-raciais nos seus contextos de atuação profissional. Foram realizados três encontros na modalidade de oficinas estéticas com discussões sobre as relações étnico-raciais. Como resultados da pesquisa discute-se o percurso realizado com as trabalhadoras, enfatizando a formação continuada como possibilidade de construção de saberes que tensionam as relações étnico-raciais. Outro resultado refere-se aos recursos metodológicos dessa pesquisa-intervenção, pois se mostraram potentes no encontro com as/os trabalhadoras/es participantes. Por fim a pesquisa justificou a necessidade de criação de mais espaços de discussão e formação continuada de profissionais sobre as relações étnico-raciais e suas configurações no contexto das políticas públicas.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Políticas públicas. Oficinas estéticas. Percursos formativos.

ABSTRACT

This article presents the results of an intervention-research with workers from the Unified Social Assistance System (SUAS) in a city in southern Brazil that aimed to investigate their perspectives on ethnic-racial relations in their professional contexts. Three meetings were held in the form of aesthetic workshops with discussions on ethnic-racial relations. As a result of the research, the path taken with the workers is discussed, emphasizing continuing education as a possibility of building knowledge that tension ethnic-racial relations. Another result refers to the use of audiovisual mediation, narrative and ludic activity as powerful resources to mobilize meetings with workers during a training course. Finally, the research justified the need to create more spaces for discussion and continued training of professionals on ethnic-racial relations and their configurations in the context of social policies.

Keywords: Ethnic-Racial Relations. Public Policy. Aesthetic workshops. Continuing training.

¹ Maria Gabriela Neves, Psicóloga formada pela Faculdade Guilherme Guimbala. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2885-1993>. E-mail: gabrielapsi@outlook.com.

² Orlando Afonso Camutue Gunlanda, Psicólogo, Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação da UFSC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1680-1294>. E-mail: gulondapsi@gmail.com.

³ Allan Henrique Gomes, Psicólogo, Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação da UFSC, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5366-8600>. E-mail: allanpsi@yahoo.com.br.

1 Introdução

A partir dos trabalhos de Lilia Moritz Schwarcz (1994), Kabengele Munanga (2004), Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012), Lia Vainer Schucman (2012; 2014), Ramón Grosfoguel (2016), Silvio Luiz de Almeida (2019) e Douglas Rodrigues Barros (2019) compreendemos que as classificações raciais surgiram como tentativa de impor hierarquias sociais com base nas diferenças culturais e fenotípicas dos seres humanos. Nesse sentido, a ideia de raça foi constituída como uma categoria de poder, isto é, pela noção de raça a racionalidade moderna europeia criou as condições políticas, sociais e culturais para organizar as relações entre os seres humanos a partir dos princípios de dominação, exploração e extermínio.

Os(as) autores(as) citados(as) acima partilham da perspectiva de que os processos classificatórios que sustentam a ideologia racista objetivam produzir hierarquias valorativas, colocando o corpo branco, de preferência europeu, como superior aos demais, corpo da norma e medida de todos os outros. Por essa perspectiva, os corpos não-brancos são tidos como inferiores do ponto de vista moral e cultural em relação aos corpos brancos.

Guimarães (2012) afirma que a partir da modernidade existiram duas principais perspectivas para definir a categoria raça: a antropológica, que data do século XVI e utilizava a categoria da raça para descrever a linhagem de um determinado grupo de pessoas, uma forma de identificá-las pela sua ancestralidade comum; e a biológica, que classificava as pessoas a partir das suas características físicas e dos aspectos relacionados à capacidade mental.

Essas duas perspectivas passaram por diversas críticas, e após a segunda guerra mundial as discussões vinculadas ao campo da biologia recusaram, de modo geral, a cientificidade e veracidade das classificações raciais baseadas nos aspectos fenotípicos e suas atribuições mentais. No entanto, mesmo que não existam fundamentos biológicos para legitimar as diferenças mentais e culturais entre os seres humanos, as ciências humanas, sob uma perspectiva crítica, compreendem a necessidade de contínuas discussões sociológicas sobre a noção de raça. O objetivo dessa opção é a problematização dos efeitos das perspectivas de

raça na construção das relações sociais nas sociedades contemporâneas, entre elas a sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2012; ALMEIDA, 2019).

A categoria raça demarca lugares sociais, produz valores e organiza modos de experimentar/produzir a vida coletiva. Nesse sentido, a discussão social e ideológica de raça se apresenta necessária na leitura do complexo campo das políticas sociais no Brasil. As desigualdades socioeconômicas, violações de direitos, precarização da vida, educação e assistência social, por exemplo, são aspectos sociais e políticos que devem ser discutidos, também, a partir das perspectivas étnico-raciais. Pois, no Brasil, a maioria dos corpos que sofrem essas violações de direitos tem cor: corpos negros, aqueles que sofrem os efeitos perversos da classificação racial - os corpos racializados.

O racismo, com as demais intersecções de classe e gênero, organiza a desigualdade social na sua dupla condição: no campo simbólico e na dimensão material vivenciada pelos grupos racializados. Pela perspectiva racial organizam-se as possibilidades de trabalho, educação, vínculo, liberdade, ocupação de espaços e até a forma de morrer (SCHUCMAN; NUNES; COSTA, 2017).

Almeida (2019) entende que no contexto brasileiro qualquer discussão racial deve considerar a existência de três concepções de racismo: individual, institucional e o estrutural. O individual compreende as relações entre racismo e subjetividade; o institucional diz respeito às relações entre racismo e Estado; e, por fim, o estrutural diz respeito às relações entre racismo e economia.

A perspectiva institucional do racismo se diferencia em certa medida da individual, pois compreende que o racismo “não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p. 38). Esse é um tipo de racismo que se nutre a partir da operação de forças institucionais que consolidam a supremacia de um determinado grupo racial, no caso brasileiro a supremacia branca.

Por sua vez, a perspectiva estrutural compreende que o racismo não é apenas um problema institucional, nem somente individual. As pessoas e as instituições são racistas, primeiramente, porque a sociedade é racista. Ou seja, o

racismo estrutural é o “modo com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2019, p. 50). Ele se expressa objetivamente na desigualdade política, econômica e jurídica da sociedade.

A partir dessas perspectivas nossa pesquisa procurou investigar o modo como trabalhadoras da assistência social de uma das cidades da região sul do Brasil compreendem relações raciais e suas incidências no cotidiano de trabalho. Com isso, ocupamo-nos em problematizar o modo como na Assistência Social são produzidos percursos formativos com as/os trabalhadoras/es sobre as relações raciais e seus efeitos na produção de desigualdades sociais.

A relação da assistência social e da cidadania tem seu marco com a Constituição Federal de 1988, quando a assistência passou a compor o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Depois disso, em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e, somente em 2004, consolidou-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Como desdobramento da PNAS, no ano seguinte, o governo federal implantou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS propôs uma nova gestão, mais participativa e descentralizada, ocupada em lidar com as vulnerabilidades e riscos, bem como as fragilidades dos indivíduos e suas famílias. Famílias essas que enfrentam em seus cotidianos imposições em nível social, político, econômico e de ofensa à dignidade humana (PEREIRA; FREITAS; DIAS, 2016).

O SUAS se organiza em dois tipos de proteção social: básica e especial. A Proteção Social Básica (PSB) atua na prevenção da violação de direitos através de programas, projetos e benefícios aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Estão relacionados à PSB os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades públicas estatais e de base territoriais, orientadas para o atendimento sociofamiliar (MDS, 2017).

A Proteção Social Especial (PSE) direciona-se à famílias e indivíduos que sofreram violação de direitos. Ela divide-se em dois níveis de complexidade: média e alta (MDS, 2017). Estão vinculados à PSE de média complexidade os Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), que oferecem serviços

específicos à condição e/ou violação de direito vivenciada pelo usuário do SUAS, entre elas: violência familiar e de outra ordem que afetam crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, situação de rua, adolescente em medida socioeducativa. Quanto a alta complexidade, a PSE tem como principal ação o acolhimento institucional de pessoas que tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos e demandam a proteção de suas vidas (MDS, 2017).

Considerando as atribuições do SUAS, compreende-se a necessidade de ampliação do debate racial na formação continuada dos trabalhadores nestes contextos. A política de Assistência Social e as relações raciais têm muitas pautas em comum, mas, sobretudo, as violações de direitos. Problematizar o racismo estrutural, conhecer as dimensões objetivas e subjetivas da desigualdade social, compreender o impacto que as relações étnico-raciais têm na vida da população brasileira, em especial a negra, podem compor a pauta das temáticas que devem ser trabalhadas de forma continuada com as(os) trabalhadoras(es) que atuam nos serviços das políticas públicas.

Neste texto expusemos os resultados de um percurso de formação continuada com trabalhadoras do SUAS que foi orientado por um projeto de pesquisa-intervenção e foi elaborado em parceria com a secretaria de assistência social de um município no sul do Brasil. O percurso contou com a realização de encontros com trabalhadores da assistência social, na forma de oficinas estéticas.

2 Percurso Metodológico

A pesquisa caracterizou-se como pesquisa-intervenção, pois tratou das relações étnico-raciais por meio da realização de um percurso formativo com trabalhadores do SUAS. O projeto foi elaborado em parceria com a coordenação da área de capacitação da secretaria de assistência social de um município no sul do Brasil com gestão plena na política de assistência social, ou seja, que executa serviços em todos os níveis de complexidade da proteção social.

No processo de incubação e elaboração do percurso formativo, algumas inserções foram necessárias para a aproximação com o campo e preparação das oficinas. Entre elas, encontros com a coordenação de capacitação do SUAS no

município e a participação em uma reunião do grupo de trabalho sobre relações étnico-raciais na assistência social da cidade.

Além dessas incursões, foram realizadas visitas e participações em eventos, desde cine debate e rodas de conversa, inclusive feiras culturais e outros contatos com os coletivos do movimento negro. Todo este processo contribuiu posteriormente para a elaboração da proposta de pesquisa-intervenção, bem como para a montagem das oficinas.

As trabalhadoras que participaram da pesquisa-intervenção tomaram conhecimento mediante a divulgação da própria secretaria municipal. Para participar dos encontros, foi disponibilizado um *e-mail* exclusivo para atender as inscrições do percurso. No total participaram da pesquisa seis trabalhadoras – psicólogas, assistentes sociais e pedagogas - de diferentes equipamentos da rede SUAS. Sendo três participantes de serviços da PSB, duas participantes da PSE, e ainda, uma integrante da gestão municipal do SUAS.

O percurso foi realizado em três encontros quinzenais (sextas-feiras pela manhã) e com duração prévia de três horas. Todos os encontros foram realizados no espaço da instituição acadêmica parceira da pesquisa na forma de oficinas estéticas, que se caracterizam por encontros mediados por atividades criativas associadas à arte e a produção cultural, seguida por um tempo de reflexão em grupo sobre a atividade realizada, tempo de trocas e partilha de saberes diversos (REIS; ZANELLA, 2015).

Em cada um dos encontros propusemos atividades diferentes e os nomeamos a partir do principal recurso utilizado para media-lo. No primeiro, intitulado “Xadrez das Cores”, fizemos, inicialmente, a apresentação do projeto de pesquisa, entregamos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com todas as condições para a participação da pesquisa. Destacar que o projeto da pesquisa foi aprovado em Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos (Parecer nº 1.824.776) por meio do projeto guarda-chuva intitulado “os Sentidos da Participação de Trabalhadores e Usuários nos Serviços do Sistema Único de Assistência Social no Município de Joinville – SC”, que articulou outras pesquisas de formação continuada no SUAS.

Neste primeiro encontro do percurso foram exibidos dois curtas-metragens, proposta que se baseou na perspectiva da mediação audiovisual (GOMES, 2016; GOMES; GUNLANDA, 2018). Após a exibição dos curtas foi aberto o espaço para discussão e partilha das impressões e percepções dos participantes acerca da expectativa de cada uma das obras audiovisuais.

O segundo encontro denominado “Narrativa das Cores” contou, além dos participantes da pesquisa, com a presença de três convidados negros que não profissionais da assistência. Nesse encontro foi realizada uma roda de conversa que teve como objetivo partilhar as percepções que os convidados tinham sobre o ser negro na cidade em questão. Dos três convidados dois eram homens e uma era mulher. A convidada partilhou suas experiências com a militância feminina negra, o outro convidado relatou sua vivência enquanto jovem negro na universidade e o último, de nacionalidade angolana, partilhou suas impressões sobre ser negro e estrangeiro na cidade. A partir dos relatos, as trabalhadoras puderam partilhar também suas impressões sobre as relações étnico-raciais na cidade e suas implicações na produção de desigualdades.

A terceira oficina, intitulada “Tabuleiro das Cores”, teve como principal atividade um jogo de tabuleiro confeccionado pela pesquisadora principal. O objetivo realizou-se em um tabuleiro, com seis (seis) pinos coloridos, um dado e 30 cartas. As cartas são divididas em sete categorias, sendo uma delas a categoria bônus. Cada categoria corresponde a uma cor representada nas casas do tabuleiro.

As cartas têm propostas específicas, são elas: *Cenas* – a jogadora lê uma cena e identifica nela questões que são classificadas como racismo; *Quiz* - são perguntas objetivas relacionadas aos conceitos e termos da temática que a jogadora deve responder; *O que você acha* - categoria de perguntas de caráter mais subjetivo; *Expressões* – categoria de termos e expressões de linguagem popular e as jogadoras são desafiadas a tecerem comentários sobre tais termos e linguagens. As categorias *Poesia* e *Imagem* referem-se a um conjunto de frases, trechos de música, poesias e imagens a serem interpretadas e comentadas pela jogadora.

Há também a categoria *Bônus*, que informa datas importantes da história negra e confere o avanço de casas para a jogadora. O jogo funciona da seguinte

maneira: cada jogadora, após jogar o dado, se posicionará em uma casa, essa casa tem uma cor que corresponde a uma categoria de cartas a ser respondida. Vence a partida quem cruzar a linha de chegada e finalizar o percurso do tabuleiro.

Neste encontro, a proposta lúdica e a discussão ocorreram ao mesmo tempo. Após o jogo fez-se um momento da avaliação do percurso, em que as participantes puderam discutir o efeito dos encontros na prática na Assistência Social. Em seguida, as participantes colocaram em um cartaz uma palavra que expressasse o que elas levaram das oficinas para si e para a prática profissional.

As informações foram registradas em diário de campo da pesquisadora principal e da uma pesquisadora assistente. Além disso, as conversas foram gravadas e transcritas posteriormente para as devidas análises. Para análise dos materiais produzidos durante a pesquisa foram utilizados os saberes vinculados à Análise Dialógica do Discurso (ADD) que compreende a fala como um enunciado constituído por dois principais aspectos: o verbo-visual e o extraverbal (BAKHTIN, 2011; BARROS, 2015). No primeiro aspecto consideram-se as interações verbais, os gestos, as entonações e os dizeres que compõem uma fala. Já, no segundo aspecto, consideram-se “os conhecimentos que não estão explicitamente demarcados na materialidade analisada, mas, sim, nos implícitos sócio-histórico-ideológico-contextual de um enunciado” (MENEGASSI; CAVALCANTI, 2013).

Para a ADD, a linguagem é concebida como uma prática efetiva cuja análise deve privilegiar “a multiplicidade, a diversidade, a diferença, a alteridade ou, para usar os termos de Bakhtin, a polifonia, o dialogismo, a heteroglossia, a poliglossia” (BRANDÃO, 2015, p. 270). Nesse sentido, qualquer fala é, por conseguinte, povoada de variadas vozes sociais, sendo qualquer voz social entendida como “produto da criação ideológica ou de uma enunciação, com tudo o que está aí subentendido: contexto histórico, social, cultural, etc.” (BARROS, 2015, p. 27).

Assim, cada fala das(os) participantes da pesquisa foi analisada levando em conta as conexões que elas faziam com os contextos históricos e culturais em que estavam inseridos os sujeitos que as produziam. Ocupamo-nos em compreender as semelhanças das falas, as diferenças e as ênfases que apareceram durante os encontros. Procuramos sempre destacar aquilo que era dito a partir das

interpelações feitas pela mediadora dos encontros – a pesquisadora principal – e das mobilizações produzidas pelos recursos utilizados durante os encontros.

Como resultados das análises foram desenvolvidas duas principais categorias de discussões. A primeira categoria foi intitulada “fazer ver, ouvir e sentir a questão étnico-racial”. Nela são discutidas as impressões produzidas pelas trabalhadoras nos encontros com os audiovisuais propostos no primeiro encontro e os efeitos da roda de conversa e as atividades lúdicas realizadas no segundo e terceiro encontro. A segunda categoria, intitulada “inventividade e dialogia na pesquisa intervenção”, apresenta discussões sobre as potências da pesquisa-intervenção, mediadas pelas oficinas estéticas, nos processos de formação continuada de trabalhadoras(es) no campo das políticas públicas.

3 Fazer ver, ouvir e sentir a questão étnico-racial

O primeiro encontro com as trabalhadoras foi marcado pela mediação audiovisual. O primeiro curta-metragem apresentado intitula-se “Xadrez das Cores” (SCHIAVON, 2004), este, com duração de 21 minutos, exhibe uma idosa branca que fica sob os cuidados de uma empregada doméstica negra. A idosa não disfarça seu racismo e utiliza o jogo de xadrez para humilhar a empregada. Porém é justamente o jogo que viabiliza para as personagens a produção de reflexões outras sobre suas vidas. Durante a audiência do filme foi possível perceber as reações das participantes do encontro, sobretudo às expressivas chacotas racistas que o curta retrata sem os pudores do politicamente correto.

Após a exibição do filme, as trabalhadoras teceram comentários sobre as cenas mais marcantes. Algumas acharam interessante como o jogo possibilitou a mediação para trabalhar a questão do racismo. Outras elencaram o empoderamento da personagem que sofre o racismo, como principal componente para a mudança das relações racistas.

Um apontamento sobre o processo de desconstrução do racismo foi feito por uma das participantes da seguinte forma: “*Como foi difícil para a idosa quebrar estas questões, estes preconceitos*”. De modo geral as trabalhadoras enfatizaram as cenas em que agiriam diferente da personagem empregada doméstica, pois

acharam que ela se submeteu por muito tempo àquela condição: “*Como é difícil, eu não aguentaria nenhum dia em um trabalho desses. Não sei se conseguiria fazer isso*”. Então se discutiu um pouco sobre empoderamento: “*Algumas pessoas se abaixam quando humilhada, mas ela não! Olhava no olho e se posicionando*”.

O filme trata da relação de duas pessoas e da forma como o racismo atua centralmente entre elas. Na progressão da obra vai ocorrendo uma ruptura na forma racista da relação, sobretudo pelo ato do empoderamento, assim denominado pelos participantes da pesquisa. Todavia, é relevante sinalizar que o empoderamento ultrapassa o ato individual de superação de uma realidade na qual se encontra. Trata-se de uma “ação coletiva, desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais” (BERTH, 2018, p. 38).

Por mais que exista o movimento da pessoa negra de afirmar sua identidade e se colocar nos espaços, é necessário um meio que contribua para isso. É necessário que também a branquitude se coloque como ocupante de um lugar nas relações raciais no Brasil e conseqüentemente na desconstrução do racismo. Portanto o empoderamento refere-se à promoção de mudança na sociedade dominada por um grupo e permissão de outras possibilidades de existência, enfrentando a naturalização de violência e de poder desiguais entre as etnias (BERTH, 2018).

As trabalhadoras apontam a potência das ações individuais de empoderamento. Ações essas que possibilitam modos outros de colocar-se nas relações, responder aos enunciados racistas que são endereçados aos corpos negros. No entanto, é importante destacar que a efetividade social desse processo se dá quando tais ações se tornam pautas coletivas na forma de lutas sociais, construção de políticas públicas protetivas, entre outras formas. Pois, os efeitos do racismo devem ser enfrentados individual e, ao mesmo tempo, coletivamente.

Após essa discussão, ocorreu a exibição do segundo curta-metragem chamado “Cores e Botas” (VICENTE, 2010), que narra a estória de uma menina negra que sonha em ser *paqueta* do programa da Xuxa. As trabalhadoras esboçaram comentários e reagiram de diferentes formas ao filme.

No momento de relato das cenas mais marcantes foram destacadas as diversas faces do racismo na sociedade brasileira. Discutiu-se a diferença entre as vertentes do racismo, acostumadas com o racismo individual que é facilmente visível e, portanto, visto enquanto problema e anormalidade na sociedade, os participantes perceberam outra dimensão, a do racismo estrutural:

“Às vezes não é tão esculachado como o modo como foi mostrado no primeiro curta, mas tem os comentários, algumas brincadeiras, onde fala do outro, e muitas vezes nós mesmo acabamos fazendo isso, e não percebemos que estamos magoando o outro”.

As trabalhadoras observaram um racismo velado e sutil, que está enraizado na estruturação da sociedade brasileira: *“este preconceito que vai aparecer sutilmente, através de pequenos comentários, piadas, segredos guardados em casa”.* Quando se fala em racismo enraizado é no sentido de um racismo estrutural que de acordo com Schucman (2014), é um tipo de racismo que se estabelece na forma de mecanismos discriminatórios da própria estrutura social.

Essa forma de racismo se dá nas instituições fortalecendo os interesses e mecanismos de exclusão de sujeitos pertencentes a um grupo racializado e funcionando mesmo sem a intenção das pessoas. No entanto, é necessário destacar que, apesar de realizarmos essa divisão didático-conceitual, as dimensões individual, institucional e estrutural do racismo operam de modo simultâneo, entretecendo cotidianamente as vidas dos sujeitos racializados.

A observação de uma das participantes trouxe para o debate o racismo escondido nas expressões e piadas:

“Tem muita piadinha sobre negros, que vão se perpetuando, principalmente de pai para filho, e a cultura acaba assimilando esse tipo de percepção, criando-se este estigma sobre negro e nós temos que quebrar isso. Lá em casa já falavam ‘trata de fazer serviço de gente branca’ e eu questionava ‘por que gente negra não faz trabalhar bom?’”.

O terreno movediço das relações raciais no Brasil compõe-se de expressões e piadas racistas que (re)produzem a “fantasia” de uma harmonia racial; linguagens que facilmente sustentam o imaginário popular acerca dos corpos

negros; modos de reeditar sentidos que desqualificam os sujeitos negros, estereotipando e desumanizando-os (FANON, 2008; ARAÚJO, 2016).

A próxima fala retrata o efeito da participação nas oficinas:

“Eu só queria falar que hoje eu estou espantada, porque nós sabemos que no Brasil existe o preconceito, mais eu não imaginava essas questões, eu não tenho esse contato, e nos precisamos de espaços de discussão, para repensarmos nossas ações, no que eu posso fazer para melhorar, como eu posso contribuir no meu trabalho, para ajudar as nossas crianças”.

Falar de relações étnico-raciais na assistência social é um tanto difícil, mas não problematizar essa questão é correr o risco de negligenciar as violências com a população negra e, com isso, inviabilizar o próprio SUAS na sua razão de ser. Para que os trabalhadores da assistência na sua mediação com usuários não reproduzam práticas enrijecidas e discriminatórias, faz-se necessário um espaço de qualificação das práticas e sensibilidades dessas(es) profissionais (ANDRADE, GOMES; MAHEIRIE, 2016).

A partir dos trabalhos de Gomes (2016), Gomes, Toni e Brito (2020) o processo formativo no contexto das políticas públicas não pode acontecer somente pela via das questões normativas e jurídicas, mas também pela troca de saberes, sentidos e afetos no campo da desigualdade social. Neste sentido, consideramos a potência das oficinas estéticas nos processos de formação continuada.

Portanto, além de ser uma estratégia metodológica que compõe a pesquisa-intervenção em psicologia social, a realização das oficinas estéticas tornou-se, efetivamente, um resultado de pesquisa. Segundo Reis e Zanella (2015), esta forma de trabalho implica a ação dos participantes bem como a transformação de si. Zanella (2004) afirma que essa forma de trabalho possibilita implicações éticas, estéticas e políticas.

A segunda oficina do percurso ocorreu no formato de roda de conversa sobre o tema “Ser negro”. Considerou-se que

a construção e caracterização de homens negros e de mulheres negras, assim como identificação ou significação do “ser negro/a”, fazem parte dos processos históricos, sociais, políticos e culturais que necessitam

de investigação e reflexões sobre a sociedade brasileira do passado e, principalmente, do presente (PEREIRA, 2016 p.4).

Nesse encontro foram convidadas três pessoas para partilharem suas experiências de vida na cidade enquanto sujeitos negros. Essa partilha possibilitou a discussão de diferentes aspectos das relações raciais, especialmente, a questão do lugar de fala (RIBEIRO, 2017). Após a fala dos convidados e convidada houve um momento de troca, onde as participantes expressaram suas percepções, gerando reflexões e discussões sobre a temática. Através dos relatos dos convidados e convidada, as trabalhadoras puderam ter contato com narrativas de vivências específicas que lhes eram distantes.

O encontro mobilizou diversas afecções entre as trabalhadoras. Uma delas fez a seguinte colocação: *“Você vê, mas não enxerga, pois não tem essas vivências”*. A potência da partilha de narrativas de vida está exatamente na possibilidade que elas têm de viabilizar aproximações entre quem narra sua experiência e quem ouve a experiência narrada. A partilha de narrativas tem potência ética na medida em que coloca-nos diante da alteridade, diante dos modos outros de experimentar e produzir a vida. Nesse encontro reside a possibilidade de transformações éticas, estéticas e políticas. Outra trabalhadora afirmou o seguinte: *“Na fala deles, eu percebi várias coisas que eu acho normal, e eu me questionava durante as falas deles ‘será que isso é racismo?’, e depois de uma reflexão percebi que sim era”*.

A última oficina se chamou “Tabuleiro das Cores” e foi mediada por um dispositivo lúdico. Durante o encontro as trabalhadoras jogaram uma partida mediada pela pesquisadora principal. Na partida, conforme os participantes respondiam ou comentavam as cartas do jogo, construía-se o debate sobre a temática.

As trabalhadoras relacionaram quase todos os conteúdos discutidos às suas práticas na assistência, refletindo sobre suas práticas profissionais em relação à questão étnico-racial. Inclusive, problematizaram que dificilmente a questão racial aparece na forma de denúncia de racismo ou discriminação, mas está implícita nas histórias de vida dos usuários, e é necessário saber identificá-la.

No final do encontro solicitou-se o parecer e as percepções das trabalhadoras, acerca do jogo e, também, de todo o percurso da pesquisa-intervenção. Dentre as respostas destacamos as seguintes:

- *“Bem interessante, uma forma de se avaliar, de se refletir, a oficina como um todo foi bem provocante”.*

- *“Uma forma de se avaliar, de se ver e se questionar, e é bem importante pra gente poder se rever”.*

- *“[...] desde o primeiro encontro eu venho me questionando ‘eu sou uma pessoa preconceituosa?’, e desde essa oficina eu tenho me policiado mesmo, se eu estou ofendendo o outro, se algumas das minhas atitudes são racistas, ou minhas falas”.*

Através das atividades realizadas e da conseqüente discussão sobre elas foi possível estabelecer uma experiência pautada pela sensibilidade e descolamento de olhares mediado pela proposta da pesquisa-intervenção. Ou seja, foram estabelecidas relações estéticas que se referem, de maneira geral, ao surgimento de novos horizontes e olhares capazes de distanciar o sujeito de sua realidade, possibilitando a emergência de outros modos de pensar a vida em todos os seus sentidos (REIS; ZANELLA, 2015).

O percurso evidenciou que existe potência formativa no trabalho com as oficinas estéticas, com a mediação audiovisual e as rodas de conversas para partilha de narrativas de vida. Essas estratégias foram utilizadas como recursos que compuseram a pesquisa-intervenção e possibilitaram um percurso formativo para profissionais da Assistência Social. A potência dessas estratégias está na possibilidade que elas têm de romper com as propostas formativas que visam “conscientizar” profissionais a partir da apresentação de informações. Entendemos que propostas conscientizadoras pouco contribuem para o tensionamento efetivo das relações étnico-raciais no contexto brasileiro.

É pela dimensão ética, estética e política que se constituem caminhos possíveis para o enfrentamento do racismo e seus efeitos tanto nas práticas profissionais de trabalhadoras das políticas públicas quanto nos modos de acesso e no tipo de relações que usuários/as estabelecem com os serviços dessas políticas.

A dimensão institucional e estrutural do racismo demanda ações complexas, multifacetadas e interseccionais para o seu enfrentamento. A aposta no percurso formativo por uma perspectiva que potencialize a dimensão ética, estética e política é um caminho possível para produzir provocações acerca das questões étnico-raciais e suas relações com a produção de desigualdades nas relações sociais.

4 Inventividade e dialogia na pesquisa-intervenção

A perspectiva de pesquisa-intervenção que assumimos durante a investigação contempla dois pressupostos centrais que são inexoravelmente interdependentes: dialogia e inventividade. Compreender a pesquisa intervenção a partir da dialogia é afirmar que o processo de investigação-intervenção se dá na interação entre consciências que produzem o mundo, os sistemas de referências e os planos histórico-sociais (BAKHTIN, 2013).

Nesse sentido, vale lembrar que o encontro entre quem pesquisa e quem participa da investigação se dá no plano histórico, portanto, em configurações específicas que possibilitam interações entre diferentes vozes sociais localizadas no espaço-tempo. Não existe saber fora das interações, assim como não há sociedade que se constitui sem constante dialogia, interação entre diversas vozes sociais (BAKHTIN, 2013).

Considerar o modo como essas interações acontecem, bem como a potência que elas têm na produção de saberes é fundamental para compreendermos os conhecimentos produzidos durante uma pesquisa intervenção. Por esses motivos, entendemos que toda e qualquer investigação não deve seguir apenas um roteiro pronto, mas deve estar disponível para o encontro e aberta para as infinitas interações que dele se produzem.

Desse modo, a potência da pesquisa-intervenção não está no planejamento “rigoroso” do/a pesquisador/a, embora não se deve negar a necessidade de um rigor metodológico por parte de quem pesquisa, ou ainda, na possibilidade de oferecer um produto pronto para ser pensado e incorporado pelos participantes da pesquisa.

Pesquisar na perspectiva dialógica é apostar na premissa de que a intervenção se dá no processo das interações entre todos os participantes da pesquisa. Seus resultados são determinados pela maneira como as interações acontecem, a forma como se é permitido pensar, falar e mover-se na e com a pesquisa. Analisar essas interações e considerar os processos mediadores das mesmas é fundamental para a produção do conhecimento durante a pesquisa.

Outro pressuposto da pesquisa intervenção é a inventividade. Na perspectiva de Zanella (2008), a inventividade é condição fundamental para a produção da vida humana. Só existe história da cultura porque o ser humano é inventivo, pois elabora criadoramente a realidade, os objetos e seus próprios movimentos.

A mesma autora, inspirada em Vigotski, compreende que “a invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum” (ZANELLA, 2008, p. 69). Assim, a inventividade é inexoravelmente própria da condição humana, pois constituir-se humano é um processo inventivo que acontece na “densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer, nos desejos, nas crenças, etc.” (ZANELLA, 2008, p. 70).

Por essa perspectiva, a pesquisa é uma prática inventiva e o conhecimento é produto da atividade inventiva. Pesquisar é participar da trilha inventiva da vida, é produzir saberes e fazeres que tecem a vida e criam possibilidades variadas de significar o mundo e suas as relações nele produzidas.

Paradoxalmente, a ideia de raça também é uma das produções da própria humanidade. Uma das criações constituídas com o objetivo de produzir relações específicas entre os corpos e organizar a equação econômica, política e social do projeto moderno europeu. Nesse sentido, a inventividade não está relacionada exclusivamente a criação de “coisas boas”, mas também a criação daquilo que pode ser danoso, destrutivo, violento e mortífero.

Ainda assim, destacamos que é no campo da inventividade onde encontramos as possibilidades de criação de outras racionalidades sobre as relações étnico-raciais. Por isso, apostamos na pesquisa-intervenção como atividade criadora de modos outros de pensar as relações raciais em diferentes contextos sociais.

Nesse sentido, pesquisar exige uma habilidade de combinar coisas que ainda não foram combinadas a fim de criar objetos, experiências, saberes e dizeres outros sobre a vida e seus fenômenos. Entre os muitos instrumentos que possibilitam a atividade criadora numa pesquisa-intervenção, destacamos os recursos audiovisuais.

Gomes (2016) compreende que a mediação audiovisual ocorre em dois tempos. O primeiro é o da expectativa, momento do contato dos participantes com o filme no contexto da pesquisa. O segundo refere-se às discussões, momento de interlocução e fluxo de ideias sobre o audiovisual e o que ele provoca.

Em boa medida, a mediação audiovisual acontece no processo de flagrar cenas que demandam um trabalho de significação do espectador. Do mesmo modo que uma obra pode ser significada de maneiras distintas pelo espectador em diferentes momentos de sua vida, uma mesma obra pode ser expectada de diferentes modos em uma audiência em grupo (GOMES, 2016, p. 87).

Mais do que compreender a mensagem do filme, o(a) espectador(a) articula um olhar próprio com a obra, produzindo significações que depois são trocadas com os(as) outros(as) espectadores(as). Os audiovisuais exibidos no primeiro encontro das oficinas foram mediadores potentes para a construção de reflexões e diálogos sobre as questões evocadas durante a audiência.

A partir do encontro com o audiovisual, os participantes da pesquisa produziram interações que mobilizaram a criação de sentidos outros sobre as relações étnico-raciais. Essa é a dimensão inventiva da pesquisa-intervenção. Por ela é possível combinar as coisas de outro modo.

Além da mediação audiovisual, na última oficina, foi realizado um jogo que tinha o objetivo de continuar com as discussões sobre as relações raciais no contexto das políticas públicas. A principal mediação desse encontro foi o jogo, recurso que possibilita reflexões e, ao mesmo tempo, experiências lúdicas. Além de brincar e competir, os jogos podem fazer os participantes alcançarem ganhos significativos que extrapolam o lazer e a competição (NOGUEIRA et al, 2011).

Reis e Zanella (2015) apontam para a potência das atividades criadoras e lúdicas como estratégias de pesquisa-intervenção com equipes de trabalhadores/as e usuários/as no campo das políticas públicas. As autoras compreendem que as

estratégias de trabalho que têm nas atividades lúdicas e criadoras uma das mediações dos encontros com grupos são potencializadoras de “bons encontros”⁴ (ESPINOSA, 2009). No contexto da nossa discussão compreendemos o jogo como uma atividade criadora, inventiva, relacionada às oficinas estéticas.

O “Tabuleiro das Cores” possibilitou trabalhar as questões raciais a partir da ludicidade. Com essa experiência foi possível compreender que a potência do jogo está no fato de proporcionar às trabalhadoras um espaço-tempo em que elas sentiram-se à vontade para refletir sobre questões que em muitos momentos são da ordem do indizível, questões que são silenciadas nos contextos de trabalho. Pela ludicidade foi possível tensionar os lugares que os corpos negros ocupam na trama social e, ao mesmo tempo, problematizar o lugar que as trabalhadoras de um serviço público socioassistencial ocupam na promoção/construção de valores antirracistas.

5 Considerações Finais

A partir do trabalho realizado, pensar a pesquisa-intervenção nos termos que nos ocupamos é considerar a investigação em psicologia social como uma prática inventiva, a mediação audiovisual e as atividades lúdicas como potentes estratégias para produzir “bons encontros” (ESPINOSA, 2009), aqueles que possibilitam a criação de condições necessárias para a potencialização da ação dos corpos. Potencialização essa que tem o objetivo de “aumentar e favorecer a potência de ação de um corpo, a fim de interferir na ação, significado e emoção, coletivos e individuais” (SAWAIA, 2014, p. 114).

As oficinas estéticas em diálogo com recursos como mediações audiovisuais, as rodas de conversas e os jogos se mostraram, durante o percurso, efetivas estratégias metodológicas para a problematização do racismo e seus efeitos, pois possibilitam a troca de saberes entre profissionais que atuam no mesmo contexto de trabalho. Ou seja, as oficinas e os recursos usados mediaram reflexões sobre as práticas da assistência social no enfrentamento das violências produzidas pelo racismo no Brasil.

⁴ “Um bom encontro acontece quando dois corpos se compõem de tal forma que a partir de sua relação há um aumento de potência, e, por consequência, um aumento da capacidade de existir. Quando se escuta uma canção de que se gosta, todo o corpo compõe-se com a sonoridade da canção e, então, se tem a potência aumentada” (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016, p. 118).

Além disso, concluímos que existe certa fragilidade por parte das profissionais da assistência social em manejar da melhor maneira possível e de modo crítico os efeitos produzidos pelo racismo na vida dos(as) usuários(as) dos serviços do SUAS. Verificamos, também, a falta de capacitação e espaço para discussão dessa temática dentro dos próprios espaços de trabalho. Assim, sugerimos contínuas propostas de pesquisa-intervenção que objetivam oferecer espaços e percursos formativos para profissionais do SUAS acerca das relações étnico-raciais e o modo como elas participam do processo de produção contínua de desigualdades sociais no contexto brasileiro.

Referências

ALMEIDA, L. P. et al. Construindo intervenções na comunidade tamarindo através da escuta qualificada e do diálogo com a alteridade. *Hum. & sociais aplicada*, Campos dos Goytacazes, 16 (6), 59-64, 2016. DOI: <https://doi.org/10.25242/887661620161042>.

ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, M. C.; JESUS, J. P. J.; SCHOLZ, D. Paradigma da afrocentricidade e uma nova concepção de humanidade em saúde coletiva: reflexões sobre a relação entre saúde mental e racismo. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, V. 39, n. 106, P. 869-880, jul-set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201510600030025>.

ANDRADE, L.; GOMES, A. H.; MAHEIRIE, K. Mediação audiovisual: uma tecnologia para a educação continuada de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. In: II Colóquio Luso-Brasileiro de Educação, 2016, Joinville. *Anais do II COLBEDUCA - Colóquio Luso-Brasileiro de Educação*, 2016. v. 1. p. 511-524.

AQUINO, P. S. et al. Análise do conceito de tecnologia na enfermagem segundo o método evolucionário. *Acta Paul Enferm*, 2010; 23(5), pp. 690-6. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002010000500017>.

ARAÚJO, C. de L. *Racismo e humor: o impacto de piadas nas expressões de racismo*. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2016.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoievski*. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. (Revista). Rio de Janeiro: Forense, 2013.

- BARROS, D. L. P. de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Beth Brait (org). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2015.
- BERTH, J. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. 2002. In. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.) ed. 6ª, 2014.
- BRANDÃO, H. H. N. Escrita, leitura, dialogicidade. In: *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Beth Brait (org). Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.
- CAMPOS, G. W. S. A mediação entre conhecimento e práticas sociais: a racionalidade da tecnologia leve, da práxis e da arte. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7): 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800002>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.
- CORES E BOTAS. Direção: Juliana Vicente. Produção de Preta Portê Filmes. São Paulo. Portal Curtas. 2010. 16 min. Disponível em <http://portacurtas.org.br/filme/?name=cores_e_botas>. Acesso em: 23/04/2017.
- ESPINOSA, B. *Ética*. (Tomaz Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. S. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. *Economia & gestão*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 120-134, jan./jun. 2012.
- GOMES, A. H. Mediação audiovisual e atividade imagética: um encontro com trabalhadoras no campo da desigualdade social. 2016. 155 f. *Tese*. (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis. 2016.
- GOMES, A. H.; GUNLANDA, O. A. C. Entre telas e cenas da rua: a mediação audiovisual no encontro com vidas outras nas cidades. In: Juliano Del Gobo. (Org.). *A psicologia frente ao contexto contemporâneo*. Ponta Grossa: Antonella Carvalho de Oliveira, 2018, v.1, p. 80-94.
- MENEGASSI, R. J.; CAVALCANTI, R. S. Conceitos axiológicos bakhtinianos em propaganda impressa. *Alfa*, São Paulo, v.57, n.2, p.433-449, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-57942013000200005>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. 2017. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/servicos-e-programas>. Acesso em: 30/09/2017.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF; 2004.

NOGUEIRA, M. J. et al. Criação compartilhada de um jogo: um instrumento para o diálogo sobre sexualidade desenvolvido com adolescentes. *Ciência & Educação*, v. 17, n. 4, 2011, p.941-956. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132011000400011>.

PEREIRA, L. C. A construção da identidade da mulher negra no Brasil. XV *Congreso Internacional de Humanidades, Palabra y Cultura en América latina: Herencias y desafios*. 2012, p. 34-49.

PEREIRA, V. T.; FREITAS, C. R.; DIAS, D. D. Violação de direitos no SUAS: a precarização da vida. *Rev. Polis e Psique*; 6(2): 25 – 44 2016. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238152X2016000200003&lng=pt&nrm=iso.

REIS, A. C.; ZANELLA, A. V. Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. *Revista de Ciências Humanas*, v. 49, n.1, p. 17-34, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/2178-4582.2015v49n1p17> .

RIBEIRO, A. B. et al. Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. 2, p. 461-478, Maio/Ago. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/421>.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, M. L. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23 (4), 64-73, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932003000400010>.

SANTOS, M. V. F.; SILVA, R. H. G.; SINQUEIRA, M. M. Tecnologias leves presentes na atenção de usuários de drogas em internação. *Saúde & Transformação Social*, v.7, n.2, Florianópolis, 2016, p.83-92.

SANTOS, D. J. S. et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press J. Orthod.* vol.15. no. 3. Maringá, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>.

SILVA, M. L. da. (org.). *Instituto Amma Psique e Negritude*. São Paulo: 2008.

SCHUCMAN, L., NUNES, S., & COSTA, E. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicologia USP*, 28(1), 2017, 144-158. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564a20132413>.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese. Orientadora Leny Sato - São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 2014, 83-94. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>.

SCHUCMAN, L. V.; NUNES, S. S.; COSTA, E. S. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicologia USP*, volume 28 (1), 2017, pp. 144-158. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564a20132413>.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*, 1ª reimpressão, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.

STRAPAZZON, A. L.; MAHEIRIE, K. Bons encontros como composições: experiências em um contexto comunitário. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68 (2), Rio de Janeiro: 2017, pp. 114-127. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S18095267201600020010&lng=pt&nrm=iso.

XADREZ DAS CORES. Direção: Marco Schiavon. Produção de Midmix Entretenimento. Rio de Janeiro. Portal Curtas. 2004. 22 min. Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=o_xadrez_das_cores. Acesso em 23/04/2017.

ZANELLA, A. V. Atividade criadora, produção de conhecimentos e Formação de pesquisadores: algumas reflexões. *Psicologia & Sociedade*; 16 (1): 135-145; 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000100011>.

ZANELLA, A. V. Arte, Resistência, Criação, Práticas em Psicologia Social: Alguns diálogos. In: *As práticas da Psicologia Social com(o) movimentos de resistência e criação*. Irme Salete Bonamigo, Celso Francisco Tondim e Karin Bruxel. Porto Alegre: ABRAPSO Sul, 2008.

Recebido em junho de 2020
Aprovado em setembro de 2020